



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008529-15.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Joselino Fernandes**  
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

**Dispensado o relatório. Decido.**

Trata-se de ação indenizatória fundada em acidente de trânsito.

O Município de São Carlos é responsável pelos danos suportados pelo autor.

Não se trata de relação de consumo, porque a via pública não é pedagida, de modo que o serviço oferecido pelo Município de São Carlos não é prestado mediante remuneração, requisito exigido pelo art. 3º, § 2º do CDC, afastando-se, portanto, a responsabilidade fundamentada nesse diploma.

Aplicável, na realidade, o disposto no art. 1º, § 3º do CTB, ao prever a responsabilidade objetiva pelos danos causados aos cidadãos em virtude de não se garantir o exercício do direito do trânsito seguro. In verbis:

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

§ 3º Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

Trata-se de norma especial que, de acordo com critério tradicional de resolução de antinomias, prevalece sobre a regra geral de responsabilidade subjetiva nos casos de comportamento omissivo da administração pública.

Se as condições necessárias para que se tenha o trânsito seguro não forem respeitadas, daí já emerge a responsabilidade do órgão ou entidade componente do Sistema Nacional de Trânsito.

Não há dúvida de que a existência de um buraco na pista constitui violação à garantia de do trânsito em condições de segurança, razão pela qual nessa hipótese há, realmente, a responsabilidade da administração pública.

O impacto da existência de buraco sobre a segurança viária é inclusive incontroverso, como vemos no relatório confeccionado internamente pela prefeitura, fls. 50/55: "... O defeito é de natureza muito grave ... no que se refere às condições funcionais, pois interfere ... por consequência, na segurança do tráfego...".

Quanto ao caso dos autos, o autor comprovou a existência do buraco na pista (fl. 24), fato ademais confessado pelo réu (fls. 50/55). Sobre esse buraco o autor passou com sua bicicleta no dia 08.08.2018, sendo este a causa do acidente, conforme prova oral colhida nesta data.

A culpa exclusiva do autor seria um fato impeditivo ou extintivo do direito do autor, ao passo que a culpa concorrente seria um fato modificativo, a propósito dos quais o ônus probatório é do réu, nos termos do art. 373, II do Código de Processo Civil.

Na hipótese em tela, o réu não comprovou qualquer conduta culposa do autor que



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

tenha pelo menos concorrido para a causação do dano, razão pela qual afasta-se tanto uma como outra hipótese, havendo responsabilidade integral da municipalidade. Saliente-se que a primeira testemunha ouvida inclusive relatou que, considerado o horário em que ocorrido o acidente, à noite, e a pouca iluminação da via, o autor não conseguiria visualizar o buraco.

Os danos emergentes estão comprovados.

O autor desembolsou R\$ 224,18 com medicamentos e insumos para o tratamento, fl. 19, e R\$ 160,00 com fisioterapia, fl. 73, que devem ser ressarcidos.

Os lucros cessantes estão parcialmente comprovados.

O autor exerce a profissão de serralheiro, atuando como profissional autônomo, sem carteira assinada, circunstância que demonstra: o período de afastamento de suas atividades efetivamente faz com que deixe de lucrar determinada quantia.

Está provado que com o acidente o autor sofreu contusão no cotovelo esquerdo e fratura na extremidade inferior do úmero do braço também esquerdo, passando por intervenção cirúrgica e permanecendo internado por cinco dias (fls. 17/18, 20, 21/22), submetendo-se a fisioterapia posterior (fl. 23, 73).

Segundo a prova produzida em audiência – depoimento do serralheiro que contrata o autor -, o afastamento perdura até a presente data, e com certeza o autor deixou de lucrar cerca R\$ 80,00 / dia útil. Embora trabalhasse também em dias não úteis, embora de modo menos constante.

Como o acidente ocorreu em 08 de Agosto de 2018 à noite, dia em que o autor já havia prestado seus serviços, desde o dia 09 de Agosto até a presente data, são 13 semanas completas, podendo ser considerados 05 dias úteis em cada uma, ou seja, um total de 65 dias, além dos dias 09 e 10 de Agosto e o presente, 12 de Novembro. Considerando o valor de R\$ 80,00, os lucros cessantes totais são  $68 * R\$ 80,00 = R\$ 5.440,00$ .

No juizado especial cível a sentença deve ser líquida, por isso não é possível



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

condenar o réu a pagar ao autor lucros cessantes futuros, que dependeriam de liquidação. Não é possível dizer quando o autor irá retornar, de maneira que somente os lucros cessantes até a presente data, 12/11, devem ser aceitos nesta demanda.

Os danos morais estão caracterizados.

Como já exposto acima, o autor sofreu lesões corporais graves, com contusão e fratura, intervenção cirúrgica e tratamento posteriores. Houve violação de sua saúde e integridade física, em proporção suficiente para se estabelecer, com base no homem médio, sofrimento psíquico bastante para justificar lenitivo de ordem pecuniária.

O valor da indenização, porém, deve ser inferior ao postulado. Primeiro porque a responsabilidade da administração pública, no caso, é de natureza objetiva, não fundamentada na culpa ou dolo de qualquer agente, o que leva à minoração do patamar indenizatório. Segundo porque o autor não comprovou danos anormais, além daqueles que seriam usuais à espécie. Consequentemente, a indenização será fixada em R\$ 3.000,00.

Julgo procedente em parte a ação e condeno o Município de São Carlos a pagar ao autor Joselino Fernandes (a) R\$ 71,50, com atualização monetária e juros moratórios, ambos desde 21.08.18 (fl. 19, esquerda) (b) R\$ 152,68, com atualização monetária e juros moratórios, ambos desde 14.08.18 (fl. 19, direita) (c) R\$ 160,00, com atualização monetária e juros moratórios, ambos desde 18.10.18 (fl. 73) (d) R\$ 5.440,0, com atualização monetária e juros moratórios, ambos desde a propositura da ação (e) R\$ 3.000,00, com atualização monetária desde a presente data, e juros moratórios desde a data do fato.

Atualização monetária pelo IPCA-E (Tema 905, STJ), e juros moratórios equivalentes à remuneração adicional aplicada às cadernetas de poupança (Lei nº 11.960/09).

Salienta-se que, em relação aos ressarcimentos e lucros cessantes, os juros moratórios não correspondem exatamente ao dia do acidente porque não se pode fixar a mora em data anterior ao próprio dano. *Mutatis mutandis*, é o que ensina o STJ no REsp 1.021.500/PR.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sem verbas sucumbenciais (art. 55, Lei nº 9.099/95).

Sentença publicada em audiência.

Saem as partes intimadas.

São Carlos, 12 de Novembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**